

Instituto
Unimed BH

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do superávit (déficit) do exercício	7
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio social	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores do
Instituto Unimed BH
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Unimed BH ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit) do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Instituto Unimed BH em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F - MG



Anderson Linhares de Oliveira
Contador CRC MG 086685/O-8

Insitituto Unimed BH

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2017	2016	Nota	2017	2016
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	7	323.012	83.279			
Aplicações financeiras	8	625.707	677.519			
Adiantamentos		8.381	6.910			
Despesas antecipadas		5.790	4.460			
Total do ativo circulante		962.890	772.168			
Ativo não circulante						
Imobilizado	9	1.079	1.369			
Intangível	10	-	56			
Total do ativo não circulante		1.079	1.425			
Total do ativo		963.969	773.593			
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	11	21.583				48.373
Impostos e contribuições a recolher	12	6.897				5.038
Obrigações sociais e trabalhistas	13	91.591				102.949
Recursos de projetos em execução		228.721				75.196
Total do passivo circulante		348.792				231.556
Patrimônio líquido						
Patrimônio líquido						
Patrimônio social	14	615.177				542.037
Total do patrimônio líquido		615.177				542.037
Total do passivo e do patrimônio líquido		963.969	773.593			773.593

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Instituto Unimed BH

Demonstração do superávit (déficit) do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e de 2016

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2017	2016
Receitas ordinárias não-vinculadas	15	<u>1.086.755</u>	<u>315.227</u>
Receitas de doações		<u>1.086.755</u>	<u>315.227</u>
Receitas com Atividade Cultural		-	-
Despesas operacionais não-vinculados		<u>(1.067.274)</u>	<u>(893.944)</u>
Despesa com pessoal	16	(886.826)	(804.532)
Despesas administrativas	17	(169.974)	(80.803)
Impostos, taxas e contribuições	18	(10.135)	(27.145)
Amortização e depreciação		(346)	(570)
Outras Receitas Eventuais líquidas		<u>7</u>	<u>19.106</u>
Superávit (Déficit) ordinário não-vinculado		19.481	(578.717)
Resultado financeiro	19	<u>53.659</u>	<u>181.008</u>
Receitas financeiras		57.976	184.440
Despesas financeiras		<u>(4.317)</u>	<u>(3.432)</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u><u>73.140</u></u>	<u><u>(397.709)</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Instituto Unimed BH

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e de 2016

(Valores expressos em Reais)

	2017	2016
Superávit (déficit) do exercício	73.140	(397.709)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>73.140</u></u>	<u><u>(397.709)</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Instituto Unimed BH

Demonstração das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e de 2016

(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit/ Déficit acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro 2015	939.746	-	939.746
Deficit do exercício	-	(397.709)	(397.709)
Incorporação pelo patrimônio social	<u>(397.709)</u>	<u>397.709</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro 2016	542.037	-	542.037
Superávit do exercício	-	73.140	73.140
Incorporação pelo patrimônio social	<u>73.140</u>	<u>(73.140)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro 2017	<u>615.177</u>	<u>-</u>	<u>615.177</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Instituto Unimed BH

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Deficit) do exercício	73.140	(397.709)
Ajustes para reconciliar o superávit (deficit) do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:		
Juros de Aplicação Financeira	(57.976)	(184.440)
Depreciação e amortização	346	570
	<u>15.510</u>	<u>(581.579)</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Adiantamentos	(1.471)	(715)
Despesas antecipadas	(1.329)	1.224
	<u>(2.800)</u>	<u>509</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(26.790)	(87.493)
Impostos e contribuições a recolher	1.859	8.462
Obrigações sociais e trabalhistas	(11.358)	11.336
	<u>(36.289)</u>	<u>(6.769)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(23.579)</u>	<u>(648.765)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimento em aplicações financeiras	-	-
Resgate de aplicações financeiras	109.787	1.206.376
Caixa líquido aplicado/gerado nas atividades de investimento	<u>109.787</u>	<u>1.206.376</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento de recursos de projetos	909.893	448.482
Utilização de recursos de projetos	(756.368)	(806.103)
Adiantamentos de Recursos	-	(200.000)
Caixa líquido aplicado/gerado nas atividades de financiamento	<u>153.525</u>	<u>(557.621)</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>239.733</u>	<u>(10)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	83.279	83.289
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>323.012</u>	<u>83.279</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>239.733</u>	<u>(10)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Unimed BH (doravante “Instituto” ou “Entidade”) é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, fundada em 10 de abril de 2003, tendo prazo de duração indeterminado, com sede no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Instituto tem por finalidades a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; a promoção do voluntariado; a promoção da saúde e de programas complementares; a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; a defesa dos direitos da criança e do adolescente; a promoção e a defesa dos princípios de responsabilidade social. É vedada a distribuição, entre sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, de eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seus patrimônios auferidos mediante o exercício de suas atividades devendo tais excedentes serem aplicados integralmente na consecução dos respectivos objetivos sociais.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

O Instituto está sujeito ainda à Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG 2002 - “Entidades sem finalidade de lucros”, aprovada pela Resolução nº 877/2000 e alterada pelas Resoluções nº 926/2001 e nº 966/2003 do Conselho Federal de Contabilidade, na qual são estabelecidos os critérios e procedimentos específicos da avaliação do registro das variações patrimoniais e da estrutura das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para as entidades sem fins lucrativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 03 de maio de 2018.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Entidade estão apresentadas na nota explicativa 6, respectivamente.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram apresentados em reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018, são as seguintes:

- Vida útil dos bens do imobilizado: correta estimativa da vida útil, do valor residual e o método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado no final de cada período de relatório;
- Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

6 Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Apuração do superávit ou déficit

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os registros dos recursos recebidos para atender atividades ou projetos específicos são feitos de forma separada, valendo-se das restrições impostas pelos doadores externos ao Instituto, ou mesmo observando restrições impostas pelos órgãos diretivos do Instituto.

As doações, subvenções e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receita. O resultado positivo não é destinado e o lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit.

As doações são realizadas em dinheiro, embora pudessem ser em equipamentos ou outro ativo qualquer ou também por meio de prestação de serviços. A doação pode ser condicional ou incondicional. Uma doação é classificada como condicional quando o doador impõe condição a ser cumprida pelo Instituto. Já a doação incondicional não está sujeita ao cumprimento de obrigações. A utilização dessa classificação consta do Plano de Contas do Instituto.

A NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidades de Lucros, estabelece que as doações, subvenções e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receitas, enquanto as doações, subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da Entidade, são contabilizadas no patrimônio social.

As despesas incorridas no período e não vinculadas aos projetos com contrato de parceria, são contabilizados diretamente no resultado do período, para fazer face às despesas administrativas, de pessoal e demais gastos do Instituto.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Entidade compreendem receita de juros e despesa de juros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

c. Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

De acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97 e o artigo 174 do Decreto 3000/99, estão isentas do imposto de renda e contribuição social as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Para fins tributários considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Para o gozo da isenção, a instituição está obrigada a atender aos seguintes requisitos:

- não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.

(ii) PIS e COFINS

A Medida Provisória 2.158/01-35, em seu artigo 13, definiu que a contribuição para o PIS/PASEP será determinada com base na folha de salários, à alíquota de um por cento, pelas instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações, a que se refere o art. 15 da Lei 9.532, de 1997. No artigo 14, definiu que estas entidades estariam isentas da COFINS.

(iii) Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)

A Lei nº 14.941, de 29/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos define, em seu art. 2º, a não incidência do imposto para as instituições de assistência social, as educacionais, culturais e esportivas, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; desde que as entidades citadas não distribuam qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a qualquer título; apliquem integralmente no País os recursos destinados à manutenção de seus objetivos institucionais e mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. A não-incidência está condicionada também a que os bens ou direitos sejam destinados ao atendimento das finalidades essenciais das entidades neles mencionadas.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, à taxa anual média de 10% a.a. aplicado sobre o custo dos móveis e utensílios.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(i) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As amortizações são calculadas às taxas anuais descritas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica ativos financeiros não derivativos na categoria “empréstimos e recebíveis”. Já os passivos financeiros não derivativos são classificados na categoria “Passivos pelo custo amortizado e outros passivos financeiros”.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Entidade em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas, caso existam, que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Entidade.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

g. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Entidade utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Entidade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

h. Recursos de projetos

Os contratos de convênios de parceria sem cláusula de remuneração são contabilizados na conta bancária contra uma conta do passivo. Quando os recursos são aplicados, estes são contabilizados a débito de uma conta retificadora neste mesmo passivo, contra a saída do recurso na conta bancária. Os valores permanecem em aberto até o final do projeto, devendo o eventual valor residual ser devolvido ao Patrocinador do projeto, ou o saldo será utilizado para compor o orçamento do ano seguinte junto ao novo aporte.

i. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

j. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes.

A Entidade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

A Entidade avaliou a aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15 tenha em suas demonstrações financeiras e não se espera impacto da adoção dessas normas sobre o patrimônio em 1º de janeiro de 2018. Baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa - fundo fixo	783	449
Bancos - conta movimento - sem restrição	<u>322.229</u>	<u>82.830</u>
	<u><u>323.012</u></u>	<u><u>83.279</u></u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

8 Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade possuía aplicações financeiras com remuneração vinculada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sob o percentual médio de 100% do CDI, no montante de R\$ 625.707 (R\$677.519 em 2016). O saldo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está acrescido dos rendimentos auferidos no período, líquidos da provisão de imposto de renda sobre estes rendimentos.

As aplicações financeiras estão segregados de caixa e equivalentes em função da estratégia da administração em mantê-los como investimento e se referem a recursos de livre movimentação.

9 Imobilizado

	Taxa média de amortização	2017		2016	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	10% a.a.	2.714	(1.635)	1.079	1369
Total		2.714	(1.635)	1.079	1.369

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos ao ativo imobilizado:

Movimento de 2017

	2016	Adições	2017
Custo	2.714	-	2.714
Depreciação	(1.345)	(290)	(1.635)
Total	1.369	(290)	1.079

Movimento de 2016

	2015	Adições	2016
Custo	2.714	-	2.714
Depreciação	(1.035)	(310)	(1.345)
Total	1.679	(310)	1.369

10 Intangível

	Taxa média de amortização	2017		2016	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	10% a.a.	567	(567)	-	56
Softwares	5% a.a.	7.601	(7.601)	-	-
Total		8.168	(8.168)	-	56

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos ao ativo intangível:

Movimento de 2017

	2016	Adições	2017
Custo			
Marcas e patentes	567	-	567
Softwares	7.601	-	7.601
Custo do intangível	8.168	-	8.168
Amortização			
Marcas e patentes	(511)	(56)	(567)
Softwares	(7.601)	-	(7.601)
Amortização	(8.112)	(56)	(8.168)
Intangível líquido	56	(56)	-

Movimento de 2016

	2015	Adições	2016
Custo			
Marcas e patentes	567	-	567
Softwares	7.601	-	7.601
Custo do intangível	8.168	-	8.168
Amortização			
Marcas e patentes	(454)	(57)	(511)
Softwares	(7.398)	(203)	(7.601)
Amortização	(7.852)	(260)	(8.112)
Intangível líquido	316	(260)	56

11 Fornecedores

As contas de fornecedores representam os compromissos assumidos no curto prazo e estão representadas pelas contas vinculadas a projetos e contas destinadas ao custeio da operação. O prazo médio de pagamento corresponde a 32 dias.

	2017	2016
Fornecedores vinculados a projetos	12.480	43.771
Fornecedores de custeio	9.103	4.602
	21.583	48.373

12 Obrigações sociais e trabalhistas

A conta de obrigações sociais e trabalhistas representa o saldo de provisões de férias. Em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$91.591 (R\$102.949 em 2016).

	2017	2016
Férias e encargos s/férias	68.286	72.322
INSS a recolher	10.084	13.043
FGTS s/ Folha de Salários a recolher	4.415	4.775
PIS sobre folha de Salários a recolher	713	773
IRRF s/ folha de salários a recolher	8.093	12.036
	91.591	102.949

13 Recursos de projetos

	2017	2016
Culturais	129.815	22.558
Sociais	93.198	52.638
Ambientais	5.708	-
	228.721	75.196

No exercício de 2017, o Instituto Unimed BH recebeu recursos de R\$ 909.893 (R\$ 448.482 em 2016), provenientes do termo aditivo do contrato de parceria com a Unimed BH e foram aplicados na execução de projetos R\$ 756.368 (R\$ 806.103 em 2016).

Demonstramos a seguir a movimentação dos recursos nos exercícios de 2017 e 2016:

	Culturais	Sociais	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	98.193	314.503	20.121	432.817
Transferência entre Recursos	25.445	(5.324)	(20.121)	-
Novos Recursos recebidos	92.610	355.872	-	448.482
Recursos aplicados	(193.690)	(612.413)	-	(806.103)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22.558	52.638	-	75.196
Transferência entre Recursos	8.413	(8.413)	-	-
Novos Recursos recebidos	445.292	456.391	8.210	909.893
Recursos aplicados	(346.448)	(407.418)	(2.502)	(756.368)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	129.815	93.198	5.708	228.721

O Instituto tem como responsabilidade aplicar os recursos exclusivamente nos projetos listados no contrato de parceria com a Unimed BH conforme orçamento, não podendo utilizar esses recursos para outros fins, por estarem vinculados aos projetos do parceiro fomentador.

14 Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto, no montante de R\$ 615.177 em 31 de dezembro de 2017 (R\$542.037 em 2016), representa o montante inicial aportado para início das atividades do Instituto, aumentado ou reduzido em função dos superávits ou déficits apurados anualmente. A UnimedBh é a única e atual associado mantenedor que participou e contribuiu para a fundação e manutenção do Instituto.

15 Receitas ordinárias não-vinculadas

	2017	2016
Doações Unimed-BH (i)	1.004.535	251.518
Doações não incentivadas	82.220	63.709
	1.086.755	315.227

- (i) Parte dos projetos em 2016 foram custeados por recursos do próprios Instituto. Em 2017, volta a ser custeado por seu associado mantenedor UnimedBH.

16 Despesas com pessoal

	2017	2016
Remuneração pessoal	503.694	509.641
Benefícios	118.196	105.836
Encargos	264.936	189.055
	886.826	804.532

17 Despesas administrativas

	2017	2016
Marketing, publicidade e propaganda	(17.356)	(27.044)
Transporte	(24.137)	(18.220)
Serviço de auditoria	(22.332)	(22.150)
Viagens e hospedagens	(3.561)	(1.114)
Material de expediente	(3.125)	(1.913)
Outros serviços prestados (i)	(41.957)	(9.717)
Demais despesas	(7.548)	(645)
Consultoria (ii)	(49.958)	-
	(169.974)	(80.803)

- (i) Em 2017 o Instituto teve gastos com pagamento de mensageiro interno e contratação temporária de um colaborador para cobrir licença maternidade.
- (ii) Também houve gastos relativos a contratação de consultoria para avaliação de oportunidades de atuação.

18 Impostos, taxas e contribuições

	2017	2016
IRRF sobre aplicação financeira	9.788	26.376
Taxa de Incêndio	130	120
Taxa de localização e funcionamento	217	649
	10.135	27.145

19 Resultado financeiro

	2017	2016
<i>Receitas Financeiras:</i>		
Juros de aplicações financeiras	57.976	184.440
Total de receitas financeiras	57.976	184.440
<i>Despesas Financeiras:</i>		
Juros e multa moratórios	(47)	-
Despesas bancárias	(4.270)	(3.432)
Total de despesas financeiras	(4.317)	(3.432)
Resultado financeiro líquido	53.659	181.008

20 Instrumentos Financeiros

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Entidade possui exposição aos seguintes riscos através de seu uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado;

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Entidade, bem como pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. A Gestão reporta-se regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. A Entidade, através de suas normas e de seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2017	2016
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	323.012	83.279
Aplicações financeiras	8	<u>625.707</u>	<u>677.519</u>
		<u>948.719</u>	<u>760.798</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Alta Administração, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão considera os planos de financiamento da dívida da Entidade, o cumprimento de cláusulas, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Pelo perfil do risco da atividade, a Entidade não possui operações de derivativos.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Entidade procura manter sua exposição à mudança de taxas de juros em níveis aceitáveis. A exposição a este risco está relacionada a aplicações financeiras.

(i) ***Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos com taxa de juros pós-fixada***

Uma alteração nas taxas de juros, na data do balanço, teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

	31/12/2017	Cenário I Possível (25%)	Cenário II Possível (50%)
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	<u>57.976</u>	<u>72.470</u>	<u>86.964</u>
Efeito da variação no patrimônio líquido e no resultado	<u>-</u>	<u>(14.494)</u>	<u>(28.988)</u>

Gestão de capital

Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Entidade.

b. Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Entidade, conforme quadros abaixo:

	2017		
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	7	323.012	-
Aplicações financeiras	8	625.707	-
Passivos			
Fornecedores	11	-	21.583
Recursos de projetos	14	-	228.721
Total		948.719	250.304
	2016		
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	7	83.279	-
Aplicações financeiras	8	677.519	-
Passivos			
Fornecedores	11	-	48.373
Recursos de projetos	14	-	75.196
Total		760.798	123.539

Durante o exercício não houve alterações em relação às classificações apresentadas no quadro acima.

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

21 Partes relacionadas

Considerando as premissas do CPC 05 - Partes Relacionadas. Divulgação sobre partes relacionadas, que considera, principalmente, influência significativa, membros do pessoal-chave da administração, entidades coligadas, controladas e empresas de um mesmo grupo econômico. Nesse sentido, o instituto considera como parte relacionadas apenas a UnimedBH, sendo a única e atual associado mantenedor que participou e contribuiu para a fundação e manutenção do Instituto.

Inexiste saldo de remuneração dos dirigentes em função de vedação estatutária devendo os recursos excedentes das transações do Instituto terem aplicação integral na consecução dos seus objetivos sociais.

As transações realizadas pelo Instituto com partes relacionadas estão representadas principalmente por sua associada mantenedora que compreendem:

- Receitas de doações nota de nº 15
- Patrimônio social nota de nº 14

22 Eventos subsequentes

A Administração avalia anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras. Não ocorreram eventos compreendendo a data das demonstrações e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nas demonstrações financeiras.

* * *

Dr.Samuel Flam
Diretor Presidente

Dr. Paulo Pimenta de Figueiredo Filho
Diretor Institucional

Dr.Luiz Fernando Neves Ribeiro
Diretor Administrativo

Dr. Múcio Pereira Diniz
Diretor Financeiro

Dr. José Augusto Ferreira
Diretor de Planejamento e Projetos

Edson Dimas Frainz
Contador
CRCMG 60984/O-2